

23 DEZ 1993

433

Quebrado o sigilo bancário de mais dois parlamentares

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A CPI decidiu ontem quebrar o sigilo bancário da deputada Raquel Cândido (PTB-RO) e do deputado Pinheiro Lendim (PMDB-CE). A primeira quebra foi pedida pela subcomissão de subvenções sociais, por causa da destinação de quase US\$ 1 milhão para uma fundação em Rondônia, de propriedade da deputada. O segundo teve o sigilo bancário quebrado por causa de várias citações envolvendo seu nome ao lado de percentuais, nos documentos apreendidos da Odebrecht.

A CPI pediu o confisco dos bens de 70 prefeituras e entidades beneficiadas com subvenções sociais nos últimos cinco anos.

A subcomissão de bancos

concluiu o levantamento das movimentações bancárias de 38 pessoas. O governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, teve créditos de US\$ 7,815 milhões de 1989 a 1993. O recordista é o deputado João Alves com US\$ 51,560 milhões.

No depoimento de ontem, a CPI ouviu o ex-secretário Nacional de Habitação do governo Collor, Ramon Arnús Filho. Ele procurou negar qualquer responsabilidade com a liberação de verbas em sua secretaria, afirmando que só dava "pareceres técnicos". Segundo Arnús, quem mandava liberar os recursos — a CPI apresentou denúncias de cobrança de comissões de 6% para a liberação de verbas — era a ministra Margarida Procópio, da Ação Social.

Macedo nega que Banespa sondeou informações à CPI

por Sandra Nascimento
de São Paulo

O presidente do Banespa, Murilo Macedo, afirmou ontem que enviou todos os documentos solicitados pela CPI do Orçamento referentes ao deputado Manoel Moreira, um dos envolvidos nas denúncias, negando assim qualquer acusação de sonegação de informações. Macedo é suspeito de não informar à Comissão uma operação financeira onde o parlamentar teria tido perdoada uma dívida de US\$ 300 mil.

Segundo Macedo, a CPI teria solicitado dados sobre a movimentação financeira do parlamentar a partir de 1989. A operação que teria originado essa diferença em torno de US\$ 300 mil foi iniciada em 1988.

Macedo explicou que em

fevereiro de 1988 Moreira sacou um cheque sem fundos no valor de Cz\$ 10,6 milhões, quando já havia contratado uma dívida de Cz\$ 3 milhões. O montante do débito, incluindo juros, correção monetária e encargos, chegou a Cz\$ 23 milhões, transformados em títulos de crédito de liquidação, pagos em 1989.

Em dólares, a dívida de Moreira ficou em US\$ 143,1 mil. O banco recebeu do avalista do deputado, Nilvaldo Camilo dos Santos, diretor da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), US\$ 154,7 mil. De acordo com as explicações de Macedo, foram considerados os valores referentes à taxa de inadimplência que, após um ano, alcançavam montantes "exorbitantes".

434